



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Félix Mendonça Júnior** – PDT/BA

EMENDA MODIFICATIVA Nº , AO PL 2384/2023

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e dispõe sobre conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei a seguinte redação:

Art. 1º Os resultados dos julgamentos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, na hipótese de empate na votação, observarão o art. 112 da Lei nº 5.172, de 1966 – Código Tributário Nacional, de modo a dar provimento ao recurso do contribuinte ou responsável ou negar provimento ao recurso da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O disposto no *caput* se aplica a todas as modalidades de processo administrativo fiscal e abrange a íntegra do crédito tributário discutido, inclusive juros e multas.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir a aplicação do voto de qualidade a favor do contribuinte, com fundamento na presunção de inocência, devido processo legal e contraditório.

Sala das sessões, de de 2023.

FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
Deputado Federal – PDT/BA





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Félix Mendonça Júnior)**

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e dispõe sobre conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Assinaram eletronicamente o documento CD234959779100, nesta ordem:

- 1 Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
- 2 Dep. André Figueiredo (PDT/CE) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA *-(p_5870)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

